

Aprendizagens essenciais para o Programa de Filosofia 10/11

Em abril de 2016, o Ministério da Educação, com a Conferência “Currículo para o século XXI”, deu início a um processo de reflexão sobre o currículo. Para esta conferência, foram convidadas as associações de professores, tendo-lhes sido solicitado que elencassem os contributos mais relevantes das respetivas disciplinas para a formação do aluno em escolaridade obrigatória.

Em outubro de 2016, as associações de professores foram chamados a analisar os Programas em vigor e demais documentos curriculares no sentido de identificarem as “Aprendizagens Essenciais”, ou seja, na definição apresentada, o conjunto comum de conhecimentos, capacidades e atitudes que todos os alunos têm obrigatoriamente que adquirir e desenvolver em cada área disciplinar ou disciplina, constituindo-se como orientação curricular de base, para efeitos de planificação, realização e avaliação do ensino e da aprendizagem.

Após a elaboração de uma primeira proposta de trabalho produzida com base em pareceres recolhidos junto de professores do ensino secundário e do ensino superior, representantes de diferentes instituições e de diferentes perspetivas do ensino da Filosofia, a Apf e a SPF trabalharam em conjunto na elaboração das sucessivas versões que foram apresentadas à DGE.

A proposta de identificação das Aprendizagens Essenciais para o Programa de Filosofia 10/11 elaborada pela Apf e a SPF (sendo por ora apenas pública a proposta para o 10.º ano) visou os objetivos e implica as opções metodológicas abaixo apresentadas.

Objetivos:

- tornar o enunciado das Aprendizagens Essenciais claro para alunos, professores e pais e encarregados de educação, seguindo as orientações do Programa em vigor, com as modulações já introduzidas pelas Orientações para efeitos de avaliação sumativa externa das aprendizagens na disciplina de Filosofia atualmente em vigor;
- clarificar, centrando as Aprendizagens Essenciais nas disciplinas e nos problemas filosóficos que estão subjacentes ao Programa, conquanto não formulados explicitamente;
- identificar, dentro das linhas de orientação do Programa, todas as Aprendizagens Essenciais face às finalidades do programa e ao perfil de competências que se pretende para o aluno do século XXI, eliminando-se os percursos programáticos alternativos;
- proporcionar aos alunos os instrumentos argumentativos e lógicos do trabalho filosófico que são necessários para o desenvolvimento de um pensamento crítico, autónomo e capaz de resolver problemas complexos;
- enunciar temas e problemas que, mantendo-se dentro dos horizontes do enunciado no Programa, evidenciem a sua natureza filosófica e permitam uma abertura temática

adequável aos vários projetos de turma e à flexibilização interdisciplinar de 25% do tempo de lecionação da disciplina.

Opções metodológicas

- os instrumentos lógicos do trabalho filosófico devem tornar-se operatórios nas atividades a desenvolver com os alunos, servindo de apoio permanente à análise crítica a realizar na exploração de cada problema filosófico;
- em cada área temática, os problemas circunscrevem as linhas essenciais mínimas a explorar em aula e o professor deve criar situações de aprendizagem que permitam formular com clareza a questão filosófica que vai orientar o trabalho;
- não sendo um programa de autores, os tópicos a explorar no pensamento de cada autor são os que respondem aos problemas elencados e devem ser sujeitos a uma análise crítica, tendo em conta o desenvolvimento das competências operatórias da disciplina;
- num princípio da construção progressiva das aprendizagens, é necessário que os alunos exercitem por escrito e oralmente as várias competências filosóficas de problematização, conceptualização e argumentação antes de lhes ser proposta a elaboração de um ensaio filosófico;
- a elaboração do ensaio filosófico não tem necessariamente de ser realizada no final de cada ano letivo e a sua realização pode corresponder à necessária flexibilização na articulação curricular com outras disciplinas;
- no ensaio filosófico, os alunos, sob orientação do professor, e após a seleção de um dos temas enunciados, devem começar por definir com rigor qual a questão filosófica que vai ser desenvolvida e estabelecer os termos do problema.

Nota complementar sobre a eliminação de percursos alternativos na proposta de Aprendizagens Essenciais

Dado que uma das razões, muitas vezes avançada, para o não desenvolvimento do currículo na íntegra (gestão de conteúdos e competências) é o excesso de conteúdos, uma das indicações centrais do Ministério da Educação foi a de redução de conteúdos. Por outro lado, foi entender da Apf e da SPF que se estavam em causa “aprendizagens essenciais” não faria sentido haver percursos alternativos.

No entanto, existem razões mais substantivas para as opções tomadas, tendo inclusivamente no horizonte as competências inerentes ao Perfil do Aluno para o século XXI.

Ao introduzir no início do 10.º ano de escolaridade noções elementares de lógica, pretende-se que estas assumam o papel adequado na Filosofia no ensino secundário, que é o de começar por dar aos alunos os instrumentos necessários para aprender a pensar filosoficamente. As noções elementares não deverão, portanto, ser opcionais. E precisamente por serem elementares, deverão ser aquelas que permitem dar conta da maior parte do raciocínio comum e filosófico de iniciação — formal e informal — em consonância com o que se encontra na mais recente e vasta bibliografia de introdução à lógica e argumentação.

Em relação às opções entre os valores estéticos e os religiosos, por um lado, consideramos que a formação integral de um cidadão deve incluir uma reflexão crítica sobre a arte e a apreciação

de obras de arte. Se outras disciplinas formam para a criação e para o conhecimento histórico da arte, a Filosofia fornece os instrumentos necessários para a reflexão sobre a arte e sua fruição. Por outro lado, e atendendo a que a vivência religiosa é hoje um dos elementos problemáticos da relação entre povos e culturas, é importante que os alunos aprendam a pensar racionalmente sobre a existência de Deus, independentemente da crença religiosa assente na fé.

Por fim, salienta-se que a passagem das unidades referentes à Filosofia da Religião e à Filosofia da Arte para o 11.º ano não se prende apenas com aspetos referentes à gestão do tempo curricular, mas também com razões de ordem epistémica, porquanto tanto os argumentos relativos à existência de Deus como a análise do valor objetivo ou subjetivo dos juízos sobre a obra de arte pressupõem a aquisição de conceitos que serão tratados no âmbito da Filosofia do Conhecimento.

É certo que outros percursos opcionais não foram incluídos nas aprendizagens essenciais e que também se podem considerar relevantes para a formação dos alunos unidades didáticas como, por exemplo, “A Filosofia na Cidade”. Contudo, e para além da necessária contenção para que na gestão do currículo haja tempo para desenvolver com os alunos as competências filosóficas, alguns dos percursos de aprendizagem do Programa podem ser desenvolvidos nos Temas e Problemas do Mundo Contemporâneo e da Cultura Científica e Tecnológica.

A Direção da Apf
A Direção da SPF